

Frente denuncia Benício ao TRE

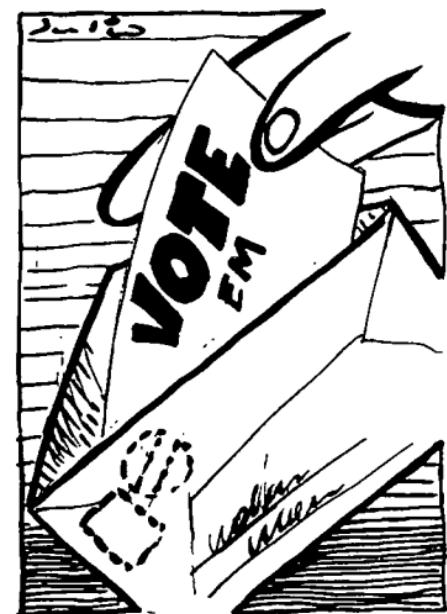
Carlos Alberto cometeu a mesma irregularidade

A Frente Brasília Popular deve entrar, segunda-feira, com representação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) contra o presidente da Câmara Legislativa, deputado distrital Benício Tavares (PP). A Frente acusará Benício de utilizar a sua cota de franquia postal da Câmara para distribuir propaganda eleitoral. O advogado da Frente Brasília Popular, Gustavo Cortez, exibe duas cartas datadas de 18 de julho em que Benício pede votos do destinatário, sua família e seus amigos. No entanto, o candidato ao Senado, deputado distrital Carlos Alberto Torres (PPS), da coligação Brasília Popular, também se utilizou da franquia postal da Câmara para veicular material de convencimento a eleitores.

Carlos Alberto enviou exemplares da Lei Orgânica aos destinatários de sua mala direta "acompanhados de uma carta, datada de 11 de agosto, apresentando um diagnóstico da situação atual do País e no DF, e fazendo menção às eleições e a alguns projetos de sua autoria no campo cultural e ambiental.

Benefício — "O caso do deputado Benício é semelhante ao do senador Humberto Lucena (PMDB/PB), pois configura claramente o uso de serviços públicos em benefício de sua campanha", defende o advogado Cortez. Ele adianta que relatará os fatos, apresentará as duas cartas e pedirá uma investigação para esclarecer se a carta foi reproduzida através de cota de xerox do gabinete de Benício e se a mala direta utilizada para o envio do material foi o da própria Câmara, pois ambos os documentos foram enviados para funcionários da Casa.

Surpreso com a notícia, Benício Tavares afirmou que todo o material de sua campanha tem sido postado com selos pagos por ele. "As cotas de franquia



estão sendo usadas apenas para o despacho normal do gabinete, respostas a solicitações e coisas desse tipo", explicou. Para ele, o fato de as duas cartas terem sido enviadas via cota de franquia se deve a algum descuido de funcionários de seu gabinete.

Recibos — Benício exibiu recibos da agência dos Correios na Câmara para comprovar a sua defesa e colocou a sua prestação de contas junto ao serviço de correspondência à disposição da imprensa para comparações com o volume de envios através de sua cota. "Nós tivemos o cuidado de fechar a gráfica para evitar qualquer problema e minha determinação expressa foi no sentido de enviar todo o material postado com selos", disse.

O candidato da Frente Brasília Popular ao Senado, deputado distrital Carlos Alberto (PPS), admitiu, constrangido, que a conclusão do texto da carta que acompanhava os exemplares da Lei Orgânica, remetida através da cota da Câmara, pode dar margem à interpretação de que ele estaria pedindo votos. "Essa possibilidade existe, mas eu não seria ingênuo a ponto de tentar burlar intencionalmente a legislação eleitoral, sabendo que me tornaria a principal vítima desse erro", disse.